



ARTIGOS E ENSAIOS

A gestão da pós-graduação como processo social: a importância da avaliação para consolidação dos programas da área de Serviço Social no Brasil

Postgraduate management as a social process: The importance of evaluation for consolidating programs in the area of Social Work in Brazil

Marinez Gil Nogueira¹

orcid.org/0000-0001-9415-0285
marinezgil@ufam.edu.br

Hamida Assunção

Pinheiro¹

orcid.org/0000-0001-7881-2605
hamida@ufam.edu.br

Recebido em: 21 nov. 2024.

Aprovado em: 01 set. 2025.

Publicado em: 15 dez. 2025.

Resumo: Este artigo aborda a gestão da pós-graduação como processo social e a importância da avaliação para a consolidação dos programas da área de Serviço Social. Em relação aos procedimentos metodológicos, o artigo foi elaborado a partir de pesquisa bibliográfica e documental à luz da perspectiva crítica. Como resultado, evidenciou a centralidade da preocupação com a qualidade da formação ofertada por parte dos programas da área de Serviço Social, ressaltando que as estratégias de redução das assimetrias regionais também devem primar pela qualidade da formação e pelas condições de acessibilidade, acesso e permanência.

Palavras-chave: pós-graduação; Serviço Social; gestão; avaliação; processo social.

Abstract: This article addresses the management of postgraduate studies as a social process and the importance of evaluation for the consolidation of programs in the area of Social Work. Regarding methodological procedures, the article was prepared based on bibliographic and documentary research in the light of a critical perspective. As a result, it highlighted the centrality of the concern with the quality of training offered by programs in the area of Social Work, emphasizing that strategies to reduce regional asymmetries should also prioritize the quality of training and the conditions of accessibility, access and permanence.

Keywords: Postgraduate studies; Social Work; Management; Evaluation; Social process.

1 Introdução

O propósito deste artigo é estabelecer balizas que permitam entender a gestão da pós-graduação como processo social, evidenciando a importância da avaliação para consolidação dos programas da área de Serviço Social no Brasil.

Em relação aos procedimentos metodológicos, o artigo se constitui como fruto de pesquisa bibliográfica e documental sobre a temática, e seu desenvolvimento está estruturado em três partes (além desta introdução e das considerações finais). Na primeira, realiza-se uma abordagem sobre a formação pós-graduada em Serviço social no Brasil, ressaltando aspectos históricos do processo de consolidação da área de Serviço Social como área de produção de conhecimento



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

¹ Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, Amazonas, Brasil.

científico. Na segunda parte, o artigo discute a natureza da gestão da pós-graduação como processo social, destacando a disputa política pelo direcionamento da pós-graduação nessa área de conhecimento. Por fim, na terceira e última parte, será realizado um debate sobre o importante papel da avaliação quadrienal dos programas desenvolvida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que visa mensurar os avanços dos programas e o alcance da excelência na formação pós-graduada do serviço social brasileiro.

Este texto foi elaborado com apoio do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), e contou também com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam).

2 Formação pós-graduada em Serviço Social

A produção de conhecimento na pós-graduação brasileira na área de Serviço Social vem ocorrendo num processo de crescente amadurecimento intelectual, em que o Serviço Social é debatido em distintas realidades sócio-históricas regionais, bem como o modo como o ensino e a formação profissional se configuram para buscar responder aos desafios que são postos à profissão pela sociedade e pelo mundo do trabalho, identificando-se as competências que são requisitadas ao respectivo profissional.

A produção de conhecimento no Serviço Social no Brasil intensificou-se a partir dos anos 1970, o que está diretamente relacionado com a emergência dos primeiros cursos de pós-graduação na área das Ciências Sociais e em Serviço Social.

Os programas de pós-graduação constituíram espaços férteis e essenciais para que ocorresse esse desenvolvimento da produção do conhecimento na área. Este período é demarcado também pela reforma universitária e pela incorporação do Serviço Social à universidade brasileira (quando diversos institutos particu-

lares foram integrados, alguns confessionais) (Prates; Kunzler, 2015, p. 04).

É sabido que a partir de 1970 os cursos de pós-graduação passaram a receber os primeiros incentivos, tais como quotas de bolsas para alunos de mestrado. Assim, naquele período, foram titulados os primeiros mestres em Serviço Social.

Obtém-se o reconhecimento científico da área junto às entidades oficiais de fomento à pesquisa, que passam a apoiar e impulsionar o desenvolvimento acadêmico do Serviço Social. Nesse período, cresce o mercado editorial, alimentado com a produção acadêmica (Prates; Kunzler, 2015, p. 04).

Morosini (2009) também vai nessa mesma direção quando assevera que o desenvolvimento da pós-graduação no Brasil ocorreu efetivamente a partir da década de 1970, entrelaçado ao desenvolvimento do sistema de ciência e tecnologia do país, que foi engendrado pelo forte papel do Estado nas políticas públicas desse contexto. Numa perspectiva temporal de decênios, a pós-graduação brasileira passa a ser direcionada pelos Planos Nacionais de Pós-Graduação e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) assume a função de avaliadora da qualidade dos cursos em funcionamento, assim como a responsabilidade de autorização no processo de abertura.

Para Hostins (2006, p. 141), as políticas que buscaram a consolidação da pós-graduação no Brasil visaram, nesse processo,

[...] a capacitação dos docentes para atuar nas universidades, o desenvolvimento da atividade científica e um aumento progressivo de sua importância estratégica no cenário do ensino superior e da Ciência e Tecnologia no Brasil. Posteriormente, com a consolidação da pós-graduação, notadamente a partir dos anos de 1980, a avaliação do desempenho do sistema torna-se o centro das preocupações e, por fim, a ênfase recai sobre o desenvolvimento da pesquisa na universidade e o estreitamento das relações entre ciência, tecnologia e setor produtivo.

Na década de 1980, nos países de capitalismo avançado, ocorre a ascensão do neoliberalismo, e verifica-se que a pós-graduação passa a ser redirecionada aos interesses do capital. No Brasil,

na década 1990, esse processo é mais visível, pois vivencia-se, nos termos de Behring (2003), a chamada *contrarreforma do Estado e das políticas sociais*, em especial, da política educacional, a qual passa a ser muito mais operacionalizada a partir de uma lógica empresarial, priorizando o crescimento acelerado da pós-graduação.

Neste período, vivenciamos em todos os níveis de ensino, mas principalmente no nível superior, e neste caso na pós-graduação, a expansão significativa da matrícula, a diversificação da oferta, as propostas de mestrados profissionalizantes, diversificação das fontes de financiamento, as alianças estratégicas entre agências internacionais, governos e corporações, a diferenciação dos docentes em função de indicadores de produtividade, a internacionalização e globalização do conhecimento, o predomínio de Tecnologias da Informação e da Comunicação e de alternativas de aprendizagem a distância, a redefinição das estruturas que regulam a produção e circulação do conhecimento em âmbito global (Hostins, 2006, p. 142-143).

O que se observou a partir de 1990 no contexto brasileiro foi um processo de expansão desenfreada da pós-graduação pautada no ideário neoliberal, e a partir da década de 2000 houve a intensificação no investimento privado, assim como também ocorreu no âmbito da graduação.

No que concerne especificamente à pós-graduação em Serviço Social, é possível dizer que a expansão dessa área no Brasil está relacionada ao movimento histórico de amadurecimento teórico e político da profissão. Entende-se que o Serviço Social também fez grandes avanços no que se refere à sua dimensão ético-política, tendo seu ápice na década de 1990, quando constituiu democraticamente a sua normatização, expressa no Código de Ética de 1993, na Lei de Regulamentação do mesmo ano e nas Diretrizes Curriculares de 1996. É nesse cenário que o crescimento da pós-graduação tem-se colocado como espaço de fortalecimento das pesquisas e da qualificação profissional.

O debate acadêmico contemporâneo sobre o significado social do Serviço Social como profissão na realidade latino-americana – e nela, particularmente, na brasileira – é herdeiro de uma perspectiva crítica genericamente identi-

ficada como Reconceituação do Serviço Social (Iamamoto; Carvalho, 1982).

Em que pese a tendência hegemônica da produção de conhecimento da área urdida nesse processo, instaurado no Brasil na segunda metade do século passado (mais especificamente a partir da década de 1970), as possibilidades de leitura crítica sobre o significado social do Serviço Social localizam-se em uma via de ruptura com um projeto profissional historicamente conservador (Iamamoto; Carvalho, 1982). As contradições dos interesses em disputa no tecido social atualizam o pensamento conservador nas formas de ver e exercer o trabalho dos/das assistentes sociais na contemporaneidade, que convivem com a vertente crítica na atribuição de significados ao exercício profissional (Netto, 1996).

Há uma ampla discussão crítica sobre os impactos do neoliberalismo na educação, e no ensino superior em nível de pós-graduação, sendo muitas as críticas ao Plano Nacional de Pós-Graduação (PNGP) 2011-2020, cujos desdobramentos impactam a formação em Serviço Social na pós-graduação mediante o processo de incentivo do empresariamento da educação e da produção de conhecimentos.

Tal fato vai afetar – haja vista o processo de contrarreforma em andamento no Brasil desde a década de 1990 –, o ensino superior de graduação e pós-graduação, impactando: i) os processos de gestão das instituições de ensino, que passam a ser moldadas pela lógica empresarial; ii) os processos pedagógicos implementados, que afetam a organização das disciplinas e, consequentemente, seus conteúdos, através da flexibilização curricular em uma perspectiva mercadológica; iii) o desenvolvimento da pesquisa e a produção de conhecimentos que são direcionados para uma perspectiva produtivista; iv) a direção social da formação, que se depara com o tecnicismo instrumental ao invés de uma direção crítica; v) as condições e relações de trabalho dos docentes, por meio da precarização, intensificação, flexibilização e desqualificação (Prates; Closs; Carraro, 2016, p. 9).

No Brasil, o contexto de crise do capital e proliferação das ideias neoliberais engendraram a chamada *contrarreforma* do Estado, realizada com a justificativa de redução de gastos públicos com políticas sociais e de promoção da privati-

zação de empresas públicas, visando ao chamado ajuste fiscal. Segundo Behring (2003), as ideias neoliberais de reforma do Estado ganharam corpo entre as gestões de Fernando Collor e de Fernando Henrique Cardoso, durante a década de 1990, um pouco depois da consagração das políticas de Saúde, Assistência Social e Previdência Social como constitutivas do sistema de Seguridade Social pela Constituição Federal de 1988.

Portanto, o neoliberalismo deve ser entendido como uma doutrina político-econômica que tem como máxima teórica a defesa da necessidade de redução do Estado para garantir a ampliação da liberdade econômica e de mercado. Por isso, defende que é necessária a redução de gastos públicos relacionados à proteção social (com desfinanciamento das políticas sociais), no sentido de garantir o equilíbrio fiscal das contas públicas.

Para Behring e Boschetti (2011), as ideias neoliberais incentivaram a transferência de responsabilidades estatais para o capital privado, o que levou à ampliação da esfera do mercado econômico. Esse ideário neoliberal tem sido materializado à luz dos preceitos estabelecidos no chamado "Consenso de Washington", deliberado por instituições financeiras internacionais e cujo receituário foi seguido por países endividados e tensionados pela inflação, como o Brasil.

Assim, entende-se que houve, a partir dos avanços do neoliberalismo no Brasil, uma *contrarreforma* do Estado, justificada como possibilidade de resposta à crise estrutural do capital, mas que na realidade tornou mais precárias as relações e condições de trabalho e fragilizou ainda mais a proteção social. Tal processo é nomeado por alguns autores como "reforma" advinda do processo de reestruturação produtiva. Mas, a partir de uma perspectiva crítica, é preciso evidenciar as contradições e os reais objetivos dessa reestruturação (ou desestruturação); por isso, é necessário compreendê-la como uma *contrarreforma*, pois o real objetivo das diretrizes neoliberais é a redução das responsabilidades do Estado na área social, voltando sua prioridade para a ampliação da acumulação do capital.

Desse modo, é indubitável a importância da discussão sobre os impactos da contrarreforma neoliberal nos processos de gestão das instituições de ensino superior, de modo particular nos programas de pós-graduação, visando discutir o modo de gestão como um processo social de disputas políticas no âmbito da avaliação da pós-graduação no Brasil.

3 Gestão da pós-graduação como processo social

As mudanças na conjuntura política e econômica afetam a política educacional e incidem na conformação de tendências na avaliação dos programas, o que traz impactos na formação profissional em Serviço Social em nível de pós-graduação, impondo desafios a sua gestão, entendida neste artigo como um processo social.

O documento da área do curso de Serviço Social na Capes indica que, entre 1996 e 2016, houve crescimento de 280% nos programas da área: de 12 para 32 programas (Capes, 2021).

Quando se compara o período de 1999 a 2017, nota-se o crescimento elevado de 12 para 34 programas de pós-graduação, conforme apontam Nogueira, Garcia e Forti (2017). Esse movimento expressa a expansão dos programas, mas é evidente a disparidade em algumas regiões em termos de distribuição:

Esses 34 Programas estão assim distribuídos espacialmente: 12 na região Sudeste (36,4%), 11 na região Nordeste (33,3%), 05 na região Sul (15,2%), 03 Programas na região Centro-Oeste (9%) e 02 estão na região Norte (6%). Assim, 69,7% dos Programas se concentram nas regiões sudeste e nordeste (Nogueira; Garcia; Forti, 2017, p. 4).

Até 1995 havia uma concentração nas regiões Sudeste e Nordeste, sem nenhum programa na região Norte. No ano de 2022, esta região contava apenas com três mestrados acadêmicos: o primeiro, na Universidade Federal do Pará (UFPA), que foi criado em 1996; o segundo, na Universidade Federal do

Amazonas (UFAM), criado em 2007; o terceiro, na Universidade Federal de Tocantins (UFT), criado em 2018. Cabe destacar que até 2024 existia um único programa de doutorado na região Norte, que começou a funcionar na UFPA em 2018. Contudo, vale salientar que a UFAM teve sua proposta de doutorado aprovada pela Capes no segundo semestre de 2024, tendo a oferta de sua primeira turma de doutorado em 2025.

No cenário atual, a área de conhecimento 32 da Capes, o Serviço Social, registra em 2024 a quantidade de 38 cursos de mestrado e 22 cursos de doutorados acadêmicos, ofertados por 37 instituições de ensino superior (IES). Há uma única IES no país, situada no Sudeste, que abriga dois cursos da área. Esses programas estão distribuídos territorialmente pelo Brasil conforme ilustrado a seguir.

Gráfico 1 – Distribuição dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil



Fonte: Costa (2024).

É evidente a existência de assimetrias regionais no que concerne à distribuição de Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil, o que tem relação, obviamente, com o processo de financiamento público de bolsas de pós-graduação da Capes por região:

Se por um lado, conforme os dados presentes na plataforma Sucupira (2024), no ano de 2022 a região Sudeste recebeu um total de 46.684 bolsas de pós-graduação da Capes, enquanto à região Sul foram destinadas 21.807 bolsas. Por outro lado, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que juntas compreendem 20 dos 27 entes federativos, receberam, respectivamente, 4.488, 17.941 e 6.969 bolsas, ou seja, um total de 29.794 bolsas. Assim, três regiões foram contempladas com o equivalente a 63,8% de bolsas ofertadas à apenas para uma região (Sudeste) que é formada por apenas 4 Estados, o que demonstra a perpetuação de privilégios históricos ainda existente no desenvolvimento científico brasileiro. Além disso, essa desproporção dificulta que as demais regiões ganhem destaque na produção acadêmica e consigam desenvolver estudos em que suas realidades regionais sejam protagonistas (Costa, 2024, p. 64).

Apesar das assimetrias regionais na pós-graduação em Serviço Social no Brasil, é indubitável que a pós-graduação é o espaço privilegiado voltado para a produção de conhecimentos e que carece de ampliação de investimentos, financeiros e técnico-políticos, com vistas à expansão de vagas e à formação de qualidade. É um espaço, por excelência, de lapidação e difusão de conhecimento.

Segundo Guerra (2011, p. 138), nesse espaço, a formação está direcionada para a "qualificação de docentes, pesquisadores e profissionais para a pesquisa, ensino e exercício profissional". Contudo, a pós-graduação é atravessada por contradições, pois muitas são as forças que buscam instrumentalizar a pós-graduação "para responder diretamente às necessidades do capital e dos serviços oferecidos no mercado" (Guerra, 2011, p. 138).

É nessa arena de disputa política pelo direcionamento da pós-graduação que se entende ser necessário problematizar a gestão da pós-gra-

duação não como um processo burocrático, mas, sim, como processo social e também político. Nesse sentido, avaliar as estratégias de gestão voltadas para garantir a sobrevivência dos programas ainda em processo de consolidação (aqueles com notas 3 ou 4), aqueles considerados como consolidados (com nota 5) e os de excelência (com notas 6 ou 7), é tarefa que deve ser assumida pelos docentes e discentes vinculados aos programas como exercício permanente.

Assim, torna-se claro que a gestão está situada no campo de disputas políticas entre os interesses neoliberais e as demandas e orientações da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). As orientações da ABEPSS são voltadas para uma formação pós-graduada crítica e ancorada no projeto ético-político do Serviço Social brasileiro. Por essa razão, problematizar a gestão exige pensá-la como um processo social engendrado por contradições no âmbito das diretrizes de avaliação da Capes, o que, por sua vez, implica a compreensão de um processo social repleto de nuances, envolvendo atores sociais em disputa por projetos de formação e também societários. É nesse sentido que a avaliação da pós-graduação cumpre importante papel no sentido de criação de regras claras de medição dos avanços dos programas em direção ao processo de consolidação de sua produção científica e ao alcance da excelência na formação pós-graduada do Serviço Social brasileiro.

Portanto, a pós-graduação é reconhecida como impulsionadora do amadurecimento teórico-metodológico da profissão e, ao mesmo tempo, solo fértil para alimentar o trabalho e a formação crítica de assistentes sociais. Contudo, existem diversos desafios a serem superados para elevar a qualidade da produção de conhecimento e da formação profissional numa perspectiva alinhada ao projeto ético-político hegemônico da profissão no país.

Para além dessa questão, como bem apontam Prates, Closs e Carraro (2016), perspectiva com a qual concordamos, ainda é preciso superar estrategicamente as disparidades regionais e as tendências mercantilistas impostas à formação

profissional e ao trabalho docente.

3 A importância da avaliação para a consolidação dos programas da área de Serviço Social no Brasil

A avaliação de qualquer natureza implica concorrência e disputa, que muitas vezes são desgastantes e permeadas por interesses que quase sempre não podem ser consensuados sem grandes desgastes e negociações. Além disso, como bem demarcam Dardot e Laval (2016), na atualidade, os homens (e as mulheres) estão sendo formatados pela fábrica do sujeito neoliberal, ou seja, são conduzidos para se comportar como empresa de si mesmos, assumindo responsabilidades e riscos individuais em detrimento da perspectiva de coletividade. É um mundo extremamente marcado pelo individualismo e pela competição.

Para os autores, perspectiva com a qual nos alinhamos, muito mais que uma racionalidade econômica, o neoliberalismo impõe uma forma de comportamento tanto para governantes como para governados, isto é, para a sociedade de modo geral (Dardot; Laval, 2016). E, seguindo essa lógica, ocorre a generalização da concorrência e da mercantilização das relações sociais no capitalismo, processos que têm consequências para o mundo do trabalho, interferindo diretamente nas relações, nas condições e no ambiente em que é realizado.

É a partir desse viés que a pós-graduação e seu processo de avaliação são impactados pelos matizes do cenário contemporâneo; sendo assim, a avaliação, entendida como processo social e participativo, precisa ser pensada a partir dessa realidade em movimento, a qual também é repleta de contradições.

A avaliação, no âmbito da pós-graduação, por si só, em qualquer uma das áreas do conhecimento, é repleta de polêmicas, contradições e desafios. Não é matéria de fácil diálogo e consenso, até mesmo porque aguça de forma direta a competitividade. Assim, obviamente, na área do Serviço Social não é diferente, ainda que as/os assistentes sociais sejam profissionais habi-

litados e acostumados, desde a formação em nível de graduação, a trabalhar com a avaliação de políticas sociais.

Nesse sentido, conforme o Código de Ética de 1993, em seu artigo 4º, que trata das competências, merecem menção os itens primeiro e segundo, a saber:

Art. 4º Constituem competências do Assistente Social: I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil [...] (CFESS, 1993, p. 84).

Nota-se, pelo que consta no Código de Ética, que a avaliação de políticas sociais configura-se como atividade de trabalho, de competência de assistentes sociais; contudo, tal fato não elimina os dilemas da avaliação no âmbito da pós-graduação na área. É necessário mergulhar no processo avaliativo desenvolvido na atualidade para compreender alguns desses dilemas e, assim, poder pensar e apontar caminhos possíveis rumo ao fortalecimento e à consolidação dos programas da área.

No que concerne às coordenações de área da Capes, é pertinente ressaltar que ela é composta por três coordenadores, sendo um geral e dois adjuntos – adjunto de programas acadêmicos e adjunto de programas profissionais. Para ocupar esses espaços, nas 50 áreas de avaliação, é necessário que se seja docente vinculado aos programas de pós-graduação da área, previamente indicado e votado pelos programas em funcionamento da área antes da designação da Capes, a qual ocorre por meio de portaria no início do quadriênio a ser avaliado.

Nesse processo de escolha, que tradicionalmente tem sido participativo e dialogado entre os programas da área e com a ABEPSS, a indicação é feita por meio de lista quintupla e cabe à Capes a seleção de um dos nomes da lista por meio de portaria publicada no Diário Oficial da União (DOU). Após a coordenação geral ser oficializada, compete a esta a escolha de adjuntos, o que

também é publicado no DOU após o aceite dos pares. Tal processo ocorre de forma simultânea em todas as áreas no início do ciclo avaliativo, por meio de edital para as 50 áreas de conhecimento existentes na Capes.

Ao trio que compõe cada coordenação da área, cabe um mandato de quatro anos à frente da avaliação dos programas e na representação dos interesses da área no âmbito da Capes. Desde 2017, a avaliação dos programas para todas as áreas tem sido feita de quatro em quatro anos, por isso são denominadas de *Quadrienal*. Desse modo, a Quadrienal vigente, ou seja, a Quadrienal 2025, tem como foco a avaliação dos programas no período de 2021 a 2024. Antes de 2013, houve três avaliações que foram trienais (2004/2005/2006 – trienal 2007; 2007/2008/2009 – trienal 2010; 2010/2011/2012 – trienal 2013).

Atualmente, a avaliação de desempenho dos programas propriamente dita é desenvolvida pela coordenação de área, com apoio da equipe de consultores *ad hoc*, escolhida no ano subsequente ao último ano do quadriênio. Vale salientar que a equipe ou comissão de consultores é formada por docentes vinculados aos programas de pós-graduação da área escolhidos pelas coordenações da área a partir de critérios gerais estabelecidos pela Capes (Capes, 2021).

Na Quadrienal anterior, Quadrienal 2021, a qual avaliou o desempenho dos programas no período de 2017 a 2020, conforme aponta o relatório da avaliação, o trabalho da coordenação e da equipe de consultores da área de Serviço Social foi desenvolvido de forma remota em função da pandemia de Covid-19, que se alastrou pelo Brasil e pelo mundo entre os anos de 2020 e 2023.

Conforme destacam Pinheiro, Senna e Lara (2023, 2024), houve na Quadrienal de 2021 um dificultoso processo de judicialização, o qual decorreu do ajuizamento de uma Ação Civil Pública pelo Ministério Público Federal sob a justificativa de que os parâmetros avaliativos não podem ter aplicação retroativa na análise de desempenho dos programas. Pelo princípio da segurança jurídica e da previsibilidade da avaliação, a Capes precisou estabelecer um compromisso com

o Ministério Público no sentido de tornar cada vez mais transparente e acessível a avaliação em termos de regras, condições e instrumentos empregados. Naquela ocasião, o processo de avaliação foi suspenso em setembro de 2021 e retomado em dezembro do mesmo ano, contudo só houve a assinatura de um Termo de Autocomposição (TAC) em setembro de 2022. Foi um processo longo, que transcorreu em 2021 e só teve o resultado divulgado em 2022, gerando incertezas, tensões e ansiedade para todos os envolvidos.

Além do contexto de pandemia da Covid-19, que propiciou índices alarmantes de adoecimento e mortes no país, uma crise sanitária aguda e o agravamento das questões econômicas e sociais, a Quadrienal de 2021 foi atravessada pelas tensões com o Ministério Público e pelas desconfi-

ças e críticas da comunidade acadêmica. Nesse sentido, a avaliação daquela quadrienal, que já estava enfrentando as dificuldades pelo formato remoto, ainda teve que lidar com as nuances jurídicas e com as pressões sociais.

Contudo, apesar das dificuldades, é possível afirmar, com base no relatório da Quadrienal 2021 da área de Serviço Social, que houve saldos muito positivos para os programas de pós-graduação e para a área como um todo. Merece destaque o fato de nenhum dos 36 programas avaliados ter caído de nota: 15 subiram de nota, 18 mantiveram suas notas. Quanto às notas, a tabela 1 demonstra que o percentual das menores notas caiu e o das maiores notas aumentou, o que revela o importante indicador de crescimento da excelência na área.

TABELA 1 – Notas dos programas nos dois mais recentes quadriênios avaliados pela Capes

NOTA	Programas (2013-2016)	%	Programas (2017-2020)	%
2	1	2,9	0	-
3	12	35,3	9	25,0
4	12	35,3	11	30,5
5	3	8,8	8	22,2
6	5	14,7	6	16,7
7	1	2,9	2	5,6
TOTAL	34	100%	36	100%

Fonte: Capes (2021).

O aumento no percentual de programas com notas 5, 6 e 7 indica que os cursos da área têm aprimorado o processo formativo visando à qualidade na pós-graduação e, conseqüentemente, respondido com mais êxito aos quesitos e itens que são avaliados pela área (Pinheiro; Senna; Lara, 2023).

Na Quadrienal de 2021, a ficha de avaliação estava composta por três quesitos, a saber: a) programa; b) formação; c) impacto na sociedade. Vale registrar que houve a redução de dois quesitos entre as Quadrierais de 2017 e 2021. Na quadrienal de 2017, os itens avaliados foram: a) proposta do programa; b) corpo docente; c) corpo discente e trabalho de conclusão d) produção

intelectual e; e) inserção social. Na Quadrienal vigente, a ficha será idêntica à quadrienal passada.

Na área de Serviço Social, merece destaque o fato de o detalhamento da ficha, ou seja, os itens dentro de cada quesito, ter sido discutido de forma ampla com os programas de pós-graduação da área no ano de 2019, por meio de seminário presencial ocorrido nas dependências da Capes. A participação ativa das coordenações dos programas da área na conformação da ficha de avaliação certamente foi um elemento que contribuiu para que os programas aumentassem ou mantivessem suas notas, mesmo que em um contexto extremamente desfavorável como foi o período marcado pela pandemia da Covid-19.

Por trás do aumento das notas, com base no relatório da Quadrienal 2021, verifica-se que a área apresentou significativa melhora em termos quantitativos e qualitativos da produção técnica e bibliográfica de docentes, discentes e egressos; bem como em relação à ampliação de experiências de impacto na sociedade; aumento dos percentuais de inserção de mestres e doutores no mercado de trabalho; aprimoramento das estratégias de parceria e cooperação para as ações de internacionalização dos programas. As melhoras certamente são fruto de um esforço coletivo realizado por parte de docentes, discentes e egressos. E, nesse sentido, muito mais que um número, a nota indica processos de maturação dos programas em termos de consolidação e também de excelência.

Na esteira dos avanços, um ponto que pode ter contribuído para o alcance de várias metas por parte dos programas da área de Serviço Social é o fato de que a partir de 2019 foram inseridos na ficha de avaliação de todas as áreas, no quesito 1, o item que trata da política de autoavaliação e o item que requer o planejamento estratégico do programa em articulação com planejamento estratégico da instituição. Essas ferramentas, que são amplamente usadas na avaliação de políticas sociais, certamente possibilitaram aos programas e às instituições a percepção de pontos fracos, de pontos fortes e, conseqüentemente, o estabelecimento de estratégias para o enfrentamento dos obstáculos, assim como a divisão e o compartilhamento de responsabilidades para o alcance de objetivos e metas estabelecidos no processo de planejamento.

No que diz respeito aos limites e desafios encontrados pelos programas da área de Serviço Social observados na Quadrienal anterior, o relatório aponta seis recomendações para o futuro:

- A ampliação dos recursos para financiamento a projetos de pesquisa e realização de intercâmbios nacionais e internacionais, além da manutenção e ampliação de bolsas de mestrado e doutorado; estágio pós-doutoral, doutorado sanduíche etc.;
- A consolidação e ampliação dos processos de internacionalização com a manutenção dos acordos de cooperação já consolidados com

os países Europeus e da América do Norte e a ampliação dos acordos de cooperação entre os pesquisadores do Brasil e os da África do Sul e América Latina;

- A continuidade da realização de pesquisa e produção de conhecimento que gerem impactos sociais, econômicos e culturais voltados à redução da desigualdade social na sociedade brasileira;
- A continuidade e ampliação das políticas de cotas nos processos seletivos de mestrado e doutorado;
- Que os PPG atentem para o registro, na Plataforma Sucupira, de teses e dissertações que possuem produção intelectual (bibliográfica, técnica/tecnológica) a elas vinculadas;
- Que os PPG atentem para o melhor registro das atividades de docentes permanentes relacionadas à orientação em iniciação científica ou trabalho de conclusão de curso na graduação (Capes, 2021, p. 106-107).

É importante observar que as recomendações vão desde questões mais amplas e gerais que afetam todas as áreas de conhecimento, a exemplo da redução constante no financiamento da política educacional – que, por sua vez, dificulta o desenvolvimento de pesquisa, das ações de internacionalização e de outras voltadas para o fortalecimento dos cursos e da qualidade da formação ofertada –, a aspectos mais simples e pontuais ligados ao preenchimento da Plataforma Sucupira com os dados dos cursos, da produção intelectual, da caracterização das atividades de docentes etc.

Diante disso, fica evidente a força da área de Serviço Social, que, mesmo sendo uma das menores em quantidade de programas, quando se considera que na Quadrienal de 2021 o universo avaliado foi de 4.602 programas (7.017 cursos), tem sido uma área firme no sentido da defesa da formação de qualidade e dos rumos que a área deve trilhar em busca da consolidação de programas e da excelência.

4 Considerações finais

A reflexão em torno da gestão da pós-graduação, entendida como processo social, se faz importante, necessária e basilar para a consolidação dos programas da área de Serviço Social no Brasil. A área de Serviço Social, no âmbito da pós-graduação, tem crescido de forma equilibrada, com observância dos preceitos norteadores

de uma formação crítica e que se posiciona em defesa do projeto de formação hegemônico do Serviço Social brasileiro. Esta tem sido uma importante característica da área, que não pode deixar de ser registrada.

A necessidade de ampliação de cursos em regiões (e/ou localidades) marcadas por assimetrias é uma realidade que precisa ser enfrentada principalmente no Norte e Centro-Oeste. Contudo, as estratégias de redução das assimetrias também devem primar pela qualidade da formação e pelas condições de acessibilidade, acesso e permanência. A ampliação de cursos deve ser pensada em conjunto com a qualidade.

Os avanços da área foram notórios na última Quadrienal avaliada pela Capes: a área, mesmo diante de um cenário pandêmico, conseguiu primar pela qualidade da formação e, ainda, melhorar aspectos relacionados à produção intelectual. Tal fato certamente é propiciado pela preocupação com a qualidade que tem sido defendida há várias décadas pelo coletivo de profissionais e que, notadamente, se faz presente nas agendas das entidades da categoria, como a ABEPSS, o Conjunto CFESS-CRESS (Conselho Federal e Conselhos Regionais de Serviço Social), a ENESSO (Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social). A força das ações coletivas também é uma marca da profissão, e que se reflete na área de conhecimento.

Referências

BEHRING, E. R. *Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. *Política Social: fundamentos e história*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CARVALHO, D. B. B.; SANTANA, J. V.; STAMPA, I. T. *Documento de área Serviço Social 2019*. Brasília: Capes, 2019. Disponível em: http://capes.gov.br/images/Documento_de_área_2019/DOC_SERVICO_SOCIAL_01_11.pdf. Acesso em: 5 out. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. *Código de Ética do Assistentes Social*. Brasília, 1993. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 5 out. 2024.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. *Relatório de Avaliação Quadrienal 2017-2021 da Área 32 – Serviço Social*. Brasília, 2021. 119 p. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/19122022_RELATORIO_AVALIACAO_QUADRIENAL_comnotaServioSocial.pdf. Acesso em: 25 set. 2024.

COSTA, J. V. M. *A interface entre desastres e questão ambiental: um olhar para as perspectivas teóricas sobre desastres na produção de conhecimento da área de Serviço Social no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2024.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

GUERRA, Y. A pós-graduação em Serviço Social no Brasil: um patrimônio a ser preservado. *Temporalis*, Brasília, v. 11, n. 22, p. 125-158, jul./dez 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/2141>. Acesso em: 10 out. 2020.

HOSTINS, R. C. L. Os Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPG) e suas repercussões na Pós-graduação brasileira. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 133-160, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10315>. Acesso em: 10 out. 2020.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez; Lima: CELATS, 1982.

MOROSINI, M. C. M. Qualidade na educação superior: tendências do século. *Est. Aval. Educ.*, São Paulo, v. 20, n. 43, maio/ago. 2009.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 50, 1996.

NOGUEIRA, V. M. R.; GARCIA, M. L. T.; FORTI, V. L. *Relatório da Avaliação Quadrienal 2017 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)*. Brasília: Capes, 2017. Disponível em: <https://url.gratis/8gTB2O>. Acesso em: 11 nov. 2020.

PINHEIRO, H. A.; SENNA, M. C. M.; LARA, R. Avaliação da pós-graduação na área de serviço social e os desafios da internacionalização. In: PEREIRA, C. P. *Desafios para a política social e a democracia no capitalismo tardio: tecnologia, corporações, desinformação e o avanço da direita*. Brasília: UnB, 2024. No prelo.

PINHEIRO, H. A.; SENNA, M. C. M.; LARA, R. *Relatório do seminário de meio termo Serviço Social área 32*. Brasília: Capes, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colegio-de-humanidades/ciencias-sociais-aplicadas/ServioSocial_Relatrio_SM-T_32verso2.pdf. Acesso em: 1 jul. 2024

PRATES, J. C.; CLOSS, T. T.; CARRARO, G. Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil: tendências das áreas de concentração, linhas de pesquisa e disciplinas. *Serv. Soc. Rev.*, Londrina, v. 18, n. 2, p. 05-33, jan./jun. 2016.

PRATES, J. C.; KUNZLER, R. B. *A direção da formação e a produção da pós-graduação em serviço social no Brasil e a importância dos grupos e núcleos de pesquisa na constituição desse processo*. Porto Alegre: PUCRS, 2015. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/9366/2/Tandil_Argentina. Acesso em: 11 nov. 2020.

Marinez Gil Nogueira

Docente da Graduação em Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Doutora em Biotecnologia pela UFAM/INPA. Pós-doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). Líder do Grupo de Pesquisa em Gestão Social, Direitos Humanos e Sustentabilidade na Amazônia (GEDHS/UFAM). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1025592413685937>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9415-0285>. E-mail: marinezgil@ufam.edu.br.

Hamida Assunção Pinheiro

Docente da Graduação em Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela UFAM. Pós-doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Líder do Grupo de Pesquisa Estudos de Serviço Social, Trabalho e Direitos na Amazônia (ESTRADAS). Membro da Rede de Pesquisa sobre Trabalho do Assistente Social (RETAS). Bolsista Produtividade em Pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Atualmente é a Coordenadora da Área de Serviço Social junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), gestão 2022-2026. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6392995719018586>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7881-2605>. E-mail: hamida@ufam.edu.br.

Endereço para correspondência

MARINEZ GIL NOGUEIRA

Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho

Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais (IFCHS)

Departamento de Serviço Social (DSS)

Avenida General Rodrigo Otávio, 6200, Coroado I, 69077-000

Manaus, Amazonas, Brasil

HAMIDA ASSUNÇÃO PINHEIRO

Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho

Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais (IFCHS)

Departamento de Serviço Social (DSS)

Avenida General Rodrigo Otávio, 6200, Coroado I, 69077-000

Manaus, Amazonas, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados por Araceli Pimentel Godinho e submetidos para validação dos autores antes da publicação.